

## DINÂMICA DA POBREZA EM CABO VERDE

### 1. METODOLOGIA DE MEDIÇÃO DA POBREZA

O primeiro inquérito sobre receitas e despesas familiares junto dos agregados familiares foi realizado em 1988-89 e o segundo em 2001/02. Ambos tinham como objectivos disponibilizar informação sobre a pobreza em Cabo Verde. Os resultados indicaram que a população vivendo abaixo do limiar da pobreza foi reduzida de 49% em 1988-89 para 37% em 2001-02.

Cinco anos após o IDRF01/02, as necessidades de actualização dos indicadores da pobreza recomendaram a inclusão no QUIBB 07 de um módulo despesas e receitas cujo objectivo é de fornecer informações sobre que permitem avaliar a tendência da pobreza nos últimos anos.

Este capítulo tem como objectivo apresentar, para além da abordagem metodológica utilizada no QUIBB, as estimativas da tendência da pobreza, o perfil dos pobres e os determinantes da pobreza em Cabo Verde.

Para analisar a evolução da pobreza entre 2001/02 e 2007 foi necessário dispor de três elementos fundamentais: um indicador de medida do bem-estar, um limiar de pobreza, ou seja um nível do indicador de bem-estar abaixo do qual um agregado (ou indivíduo) é considerado como pobre, e os indicadores de medida da pobreza.

## ***1.1. INDICADOR DE BEM-ESTAR***

O indicador de bem-estar pode-se ser calculado com base no consumo ou no rendimento.

Em África, prefere-se geralmente o consumo ao rendimento, tendo em conta que as informações do consumo<sup>1</sup>, recolhidas nos inquéritos junto dos agregados familiares, são mais fáceis de recolher e são de melhor qualidade.

Com efeito, à semelhança do IDRF01/02, o indicador de bem-estar é construído a partir do consumo dos agregados familiares.

Os dados utilizados para a análise provem do QUIBB (Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar) realizado em 2007, junto de uma amostra de 6.924 agregados familiares a nível nacional, (após apuramento dos dados) e a para efeitos de comparabilidade utilizou-se o IDRF (Inquérito às Despesas e Receitas Familiares) 2001/2002.

A diferença entre as duas operações é somente

Apesar das metodologias de recolha dos dados sobre o consumo alimentar nos dois inquéritos não serem idênticas: estas tiveram o mesmo objectivo, o de recolher informações que permitem calcular o indicador de bem-estar, definir o limiar da pobreza e calcular os indicadores de medida da pobreza monetária.

No IDRF a recolha foi durante um período de 12 meses, em que cada agregado era visitado durante um período de 15 dias para a recolha de informações relativas às despesas efectivas realizadas diariamente, principalmente despesas que dizem respeito à alimentação.

No QUIBB a metodologia consistiu em visitar e entrevistar o agregado numa única passagem. Ou seja, toda a informação sobre o consumo alimentar foi feita de forma retrospectiva ao último mês.

As despesas não alimentar, dependendo da sua natureza, foram recolhidas de forma retrospectiva utilizando períodos de tempo de 3, 6 e 12 meses, quer no IDRF quer no QUIBB.

O indicador de bem-estar tal como definido representa o consumo dos agregados familiares per capita construído em duas etapas: calcula-se o consumo total ao nível do agregado familiar;

---

<sup>1</sup> Pode-se também utilizar o rendimento como indicador de bem-estar. Para se informar sobre as vantagens e inconvenientes de um e outro, ver Deaton A. (2001).

seguidamente, para ter em conta as diferenças na composição dos mesmos, este consumo é normalizado dividindo-o pela dimensão do agregado familiar.

## **1.2. LIMIAR DE POBREZA**

*O limiar da pobreza é um nível do indicador de bem-estar a partir do qual se possa dizer se um agregado é pobre (se o indicador de bem-estar é inferior ao limiar) ou não pobre (no caso contrário). Esse limiar de pobreza significa que as pessoas que são consideradas como não pobres satisfazem no mínimo as suas necessidades básicas de alimentação.*

Nas análises da pobreza dois tipos de limiares de pobreza são utilizados, os limiares absolutos e os limiares relativos.

O *limiar de pobreza absoluto* é concebido de maneira a ser constante no tempo (Ravallion, 1996). No caso de Cabo Verde por exemplo, se utilizarmos um limiar absoluto, uma pessoa cujo nível de vida é inalterado em valor real deveria ter a mesma classificação, pobre ou não pobre. Em contrapartida, um *limiar de pobreza relativo* varia no tempo, aumenta com o nível de vida. Neste sentido, um limiar relativo é mais adequado para as medidas de desigualdades.

Em 2001/2002 reteve-se como limiar um valor igual a 60% do consumo anual mediano per capita. Este limiar correspondia à 43.250 escudos cabo-verdianos por pessoa e por ano.

De forma a permitir a comparação entre os vários inquéritos sobre as despesas dos agregados, e a avaliação das tendências da pobreza o INE com assistência técnica do Banco Mundial optou em 2007, pela metodologia de cálculo do limiar da pobreza aplicando ao limiar calculado no IDRF 2001/2002 a média da taxa de inflação do período 2001 – 2007, metodologia que já tinha sido utilizada pelo banco Mundial em 2004 para efeitos de comparação e análise das tendências da pobreza entre 1988 e 2001.

Aplicando a média da taxa de inflação do período, encontra-se um limiar de pobreza de **49.485** escudos cabo-verdianos (aproximadamente 600 dólares americanos), por pessoa e por ano.

A utilização dessa metodologia permita a comparação em termos absolutos entre os dois inquéritos, e põe em evidência as evoluções em termos reais na análise da tendência do consumo.

### 1.3. MEDIDAS DA POBREZA

Os indicadores de medição da pobreza são índices sintéticos que quantificam o nível de pobreza. O indicador mais simples é o **índice de incidência** da pobreza (*poverty headcount index*  $P_0$ ) ou **taxa da pobreza**. Se há “n” pessoas na população e que “q” de entre elas são pobres, ou seja que têm um nível de consumo anual per capita “ $Y_i$ ” inferior ao limiar de pobreza “Z” (quer dizer “ $Y_i < Z$ ” para “q” indivíduos), a taxa de pobreza é  $H = q/n$ .

Para melhor apreciar as diferenças entre os pobres, utiliza-se o índice de **profundidade da pobreza** (**poverty gap index**  $P_1$ ). Este indicador é igual a média dos desvios entre o limiar de pobreza e o nível de consumo dos pobres, e exprime-se em percentagem do limiar de pobreza.

Um outro indicador é o índice de **intensidade ou gravidade da pobreza** ( $P_2$ ). Tem em consideração não apenas a distancia que separa os pobres da linha de pobreza (desvio/diferença de pobreza), mas também a desigualdade entre os pobres. Atribui uma ponderação mais importante aos agregados mais distantes da linha de pobreza.

Estes três indicadores são utilizados neste estudo. Fazem parte de uma classe designada  $P\alpha^2$  (Foster, Greer et Thorbecke, 1984) cuja fórmula geral é:

$$P_{\alpha} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \left( \frac{Z - Y_i}{Z} \right)^{\alpha} 1(Y_i < Z)$$

Em que “n” designa a dimensão da população; “Z” é o limiar de pobreza; “ $Y_i$ ” o consumo anual (per capita) do indivíduo número “i” da população; “1” é a função indicativa que vale “1” se a condição indicada no parêntese é respeitada (em outros termos, se o indivíduo vive com um nível de consumo debaixo do limiar de pobreza) e “0” se não.

---

<sup>2</sup>  $P_0$  = Incidência da pobreza,  $P_1$  = Profundidade da pobreza,  $P_2$  = Gravidade da pobreza

## 2. DIMENSÃO MONETÁRIA DA POBREZA

Uma das formas mais imediatas de medir a pobreza monetária consiste em determinar a percentagem da população com níveis de rendimento ou de despesas situados abaixo do limiar da pobreza. Para o efeito, utilizaram-se as medidas de Foster-Greer-Thorbecke (FGT), por serem amplamente utilizados a nível internacional e de possibilitarem comparações com o IDRF 2001/02.

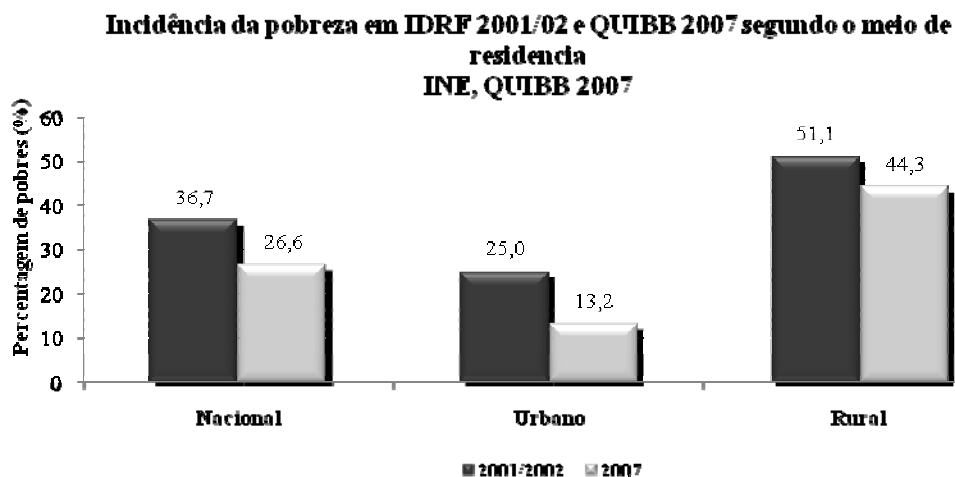
### 2.1. INCIDÊNCIA DA POBREZA

Em 2007, a percentagem da população pobre, população vivendo abaixo do limiar de pobreza, era de 26,6% da população total, o que representa cerca de 117.000 pessoas pobres.

Em termos da tendência, a proporção da população que vive abaixo do limiar da pobreza foi reduzida de 49% em 1988/89 para 36,7% em 2001/02 e em 2007 fixou-se em 26,6%.

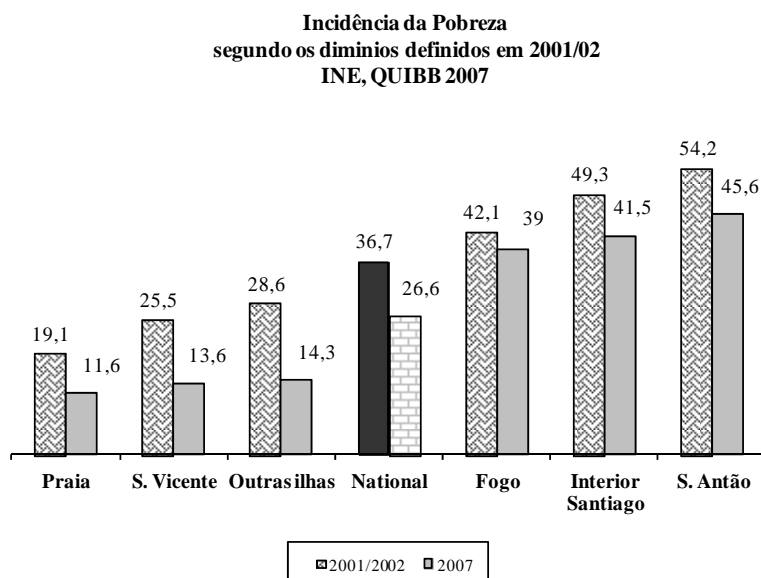
Embora a população tenha aumentado de cerca de 444.921 indivíduos em 2001 para 491.419 em 2007, verifica-se uma diminuição do número de pobres de 163.200 em 2001 para 117.900 em 2007.

A incidência da pobreza diminuiu quer no meio urbano quer no rural, embora se verifique que no meio urbano esta diminuição seja mais significativa do que no meio rural (6,8 pontos percentuais) do que no meio urbano (11,8 pontos percentuais).



Tendo em conta os domínios de estudos definidos<sup>3</sup> em 2001/2002, pode-se observar que a diminuição da incidência da pobreza é maior no domínio Outras ilhas, e São Vicente (11,9%).

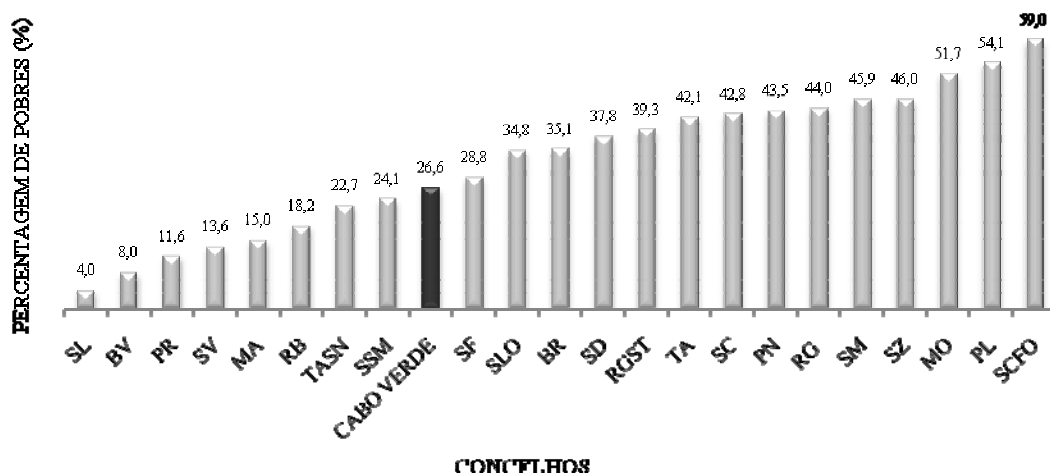
S. Antão e o conjunto dos Concelhos de Santiago (com exceção do Concelho da Praia) continuam sendo os mais pobres do País, seguido da ilha do Fogo com incidências de pobreza abaixo do nível nacional.



Ao contrário do IDRF 2001/02, o QUIBB permite uma análise espacial da pobreza até ao nível do Concelho, observando uma disparidade entre os concelhos. Enquanto que os Concelhos do Sal, Boavista, Praia, S. Vicente e Maio são os com menor proporção de população pobre, os Concelhos dos Mosteiros na ilha do Fogo, do Paul em S. Antão e S. Catarina do Fogo são os com maior incidência de pobreza, ou seja, os com têm mais de 50% das sua população a viver abaixo do limiar da pobreza.

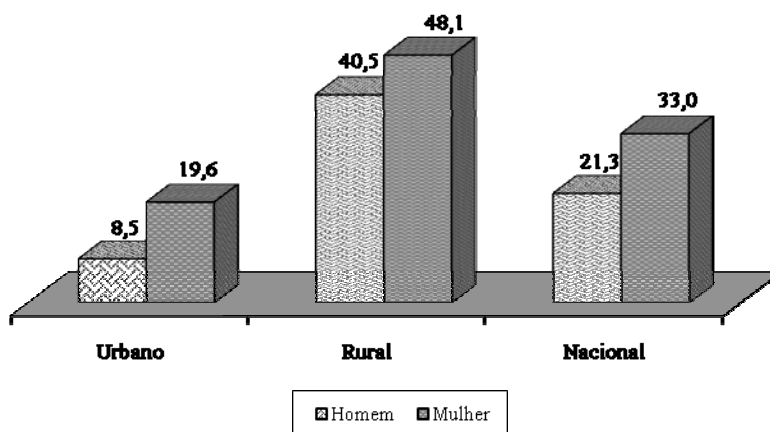
<sup>3</sup> No IDRF 2001/02 os dados foram representativos a nível nacional, meio de residência e a nível dos domínios de estudo: S. Antão, S. Vicente, Praia, Resto Santiago, Fogo e Outras ilhas (Sal, Boavista, S. Nicolau e Brava).

### Incidência da pobreza segundo os Concelhos INE, QUIBB 2007



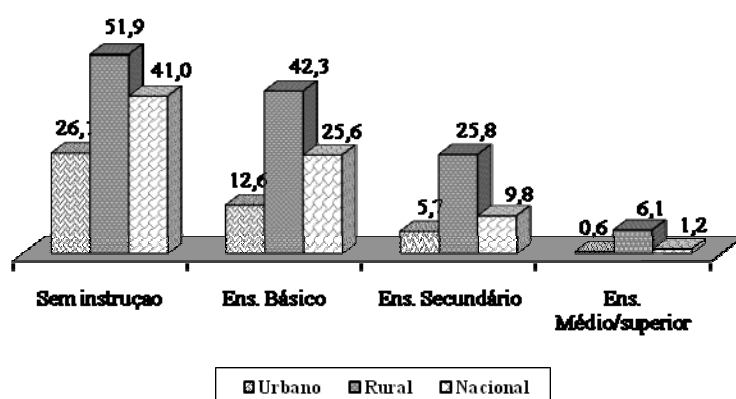
Uma análise por género indica uma incidência da pobreza significativamente maior entre os agregados chefiados por mulheres (33,0%) do que entre os chefiados por homens (21,3%). No meio rural a incidência da pobreza entre os agregados chefiados por mulheres atinge os 48,1% enquanto que entre os chefiados por homens é de 40,5%. No meio urbano, a incidência entre os agregados chefiados por mulheres é de 19,6% e entre os chefiados por homens é de 8,5%.

### Incidência da pobreza segundo o sexo do chefe do agregado pelo de residência INE, QUIBB 2007

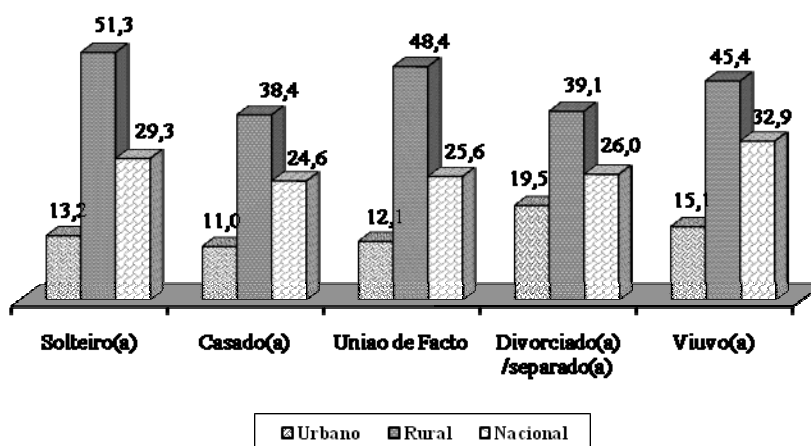


A idade, o nível de instrução e o estado civil do chefe estão fortemente relacionados com a pobreza. Com efeito quanto maior for a idade do chefe maior é a incidência da pobreza; os agregados cujo chefe não tem nenhum nível de instrução apresentam uma incidência de 41,0% de pobres enquanto que entre os com nível secundário é de 9,8% e entre os com nível superior é cerca de 1%. A pobreza é maior nos agregados chefiados por viúvos ou solteiros, com 32,9% e 29,3% de pobres respectivamente.

**Incidência da pobreza segundo o nível de instrução do chefe por meio de residência**  
**INE, QUIBB 2007**



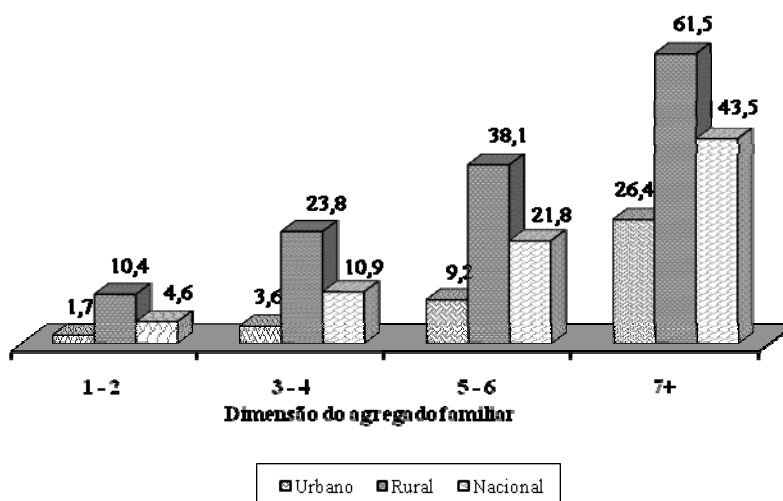
**Incidência da pobreza segundo o estado civil por meio de residência**  
**INE, QUIBB 2007**



A pobreza está localizada nas famílias mais numerosas. Enquanto que 43,5% da população residente em agregados com mais de 7 indivíduos vivem abaixo do limiar da pobreza, somente 4,6% da população residente em agregados com 1-2 indivíduos é pobre.

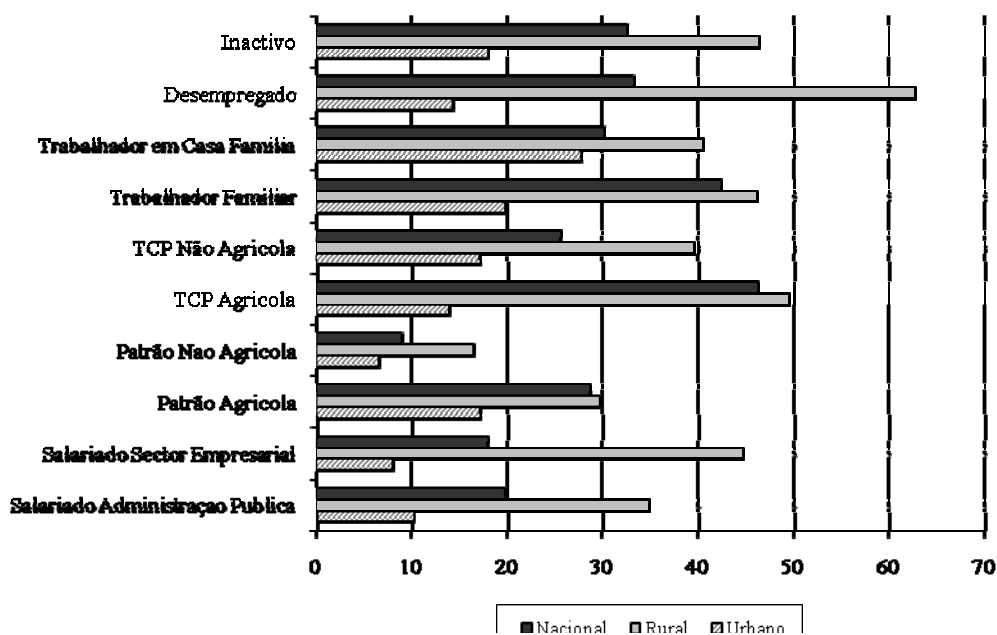


**Incidência da pobreza segundo a dimensão do agregado por meio de  
residência  
INE, QUIBB 2007**



Considerando o grupo sócio-económico do chefe pode-se aferir que a incidência da pobreza a nível nacional é maior entre os trabalhadores agrícolas por conta própria com 46,2% seguido dos trabalhadores familiares não remunerados (42,3%). Entre os desempregados e inativos a incidência da pobreza é de 39,2% e 29,3%, respectivamente. A incidência é menor entre os agregados chefiados por indivíduos empregadores não agrícolas (8,9%).

**Incidência da pobreza segundo o o grupo sócio-económico por meio de  
residência  
INE, QUIBB 2007**



TPC: Trabalhador por conta própria

## 2.2. PROFUNDIDADE DA POBREZA

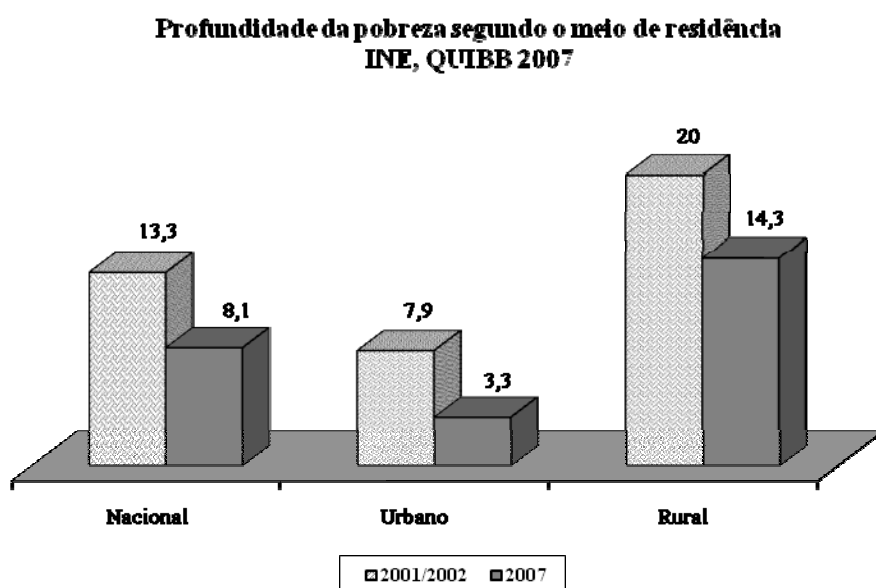
O índice de profundidade da pobreza mede, em termos de percentagem do total do limiar, a distância em que os pobres se encontram da linha de pobreza, ou seja, mostra o défice médio total de rendimento ou de consumo em relação à linha de pobreza para o conjunto da população. Por outras palavras, permite avaliar o total de recursos necessários para tirar o total da população pobre da situação de pobreza em que vive (total dividido pelo número de indivíduos da população considerada).

A profundidade da pobreza obtém-se fazendo a soma de todos os défices dos indivíduos em situação de pobreza (supondo um défice de zero para os não pobres) e dividindo o resultado pelo total da população.

Dos resultados do QUIBB pode-se aferir que para se erradicar a pobreza em Cabo Verde serão necessários cerca de 8,1% do total do limiar da pobreza, ou seja cerca de 4.008\$00 (quatro mil e oito escudos) para o total da população.

Verifica-se que o gap da pobreza diminuiu em cerca de 5 pontos percentuais comparativamente ao gap existente em 2001/2002.

Igualmente pode-se constatar que o gap é maior no meio rural do que no meio urbano. Enquanto que no meio rural é preciso distribuir a cada pobre 14,3% do montante do limiar da pobreza, no meio urbano serão necessários somente 3,3% para que estes saiam dessa situação.



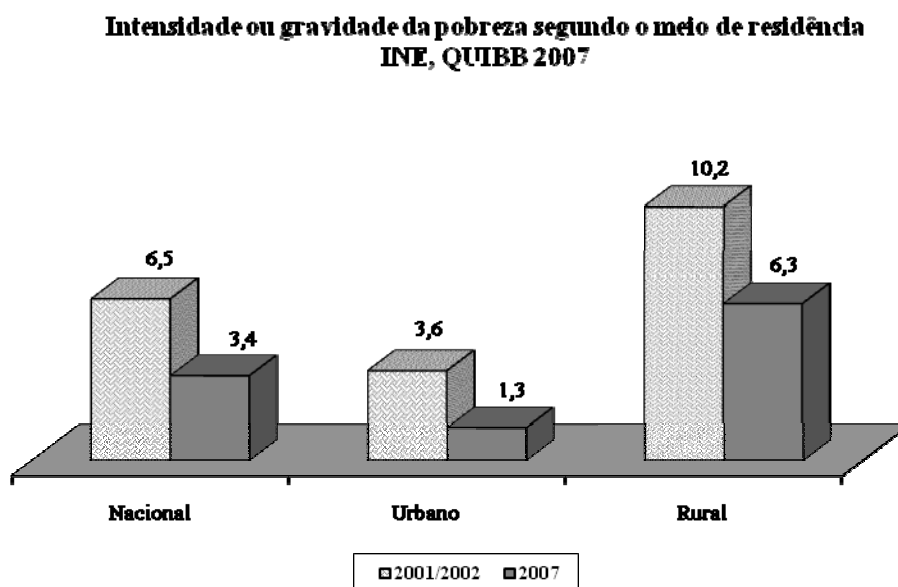
### 2.3. INTENSIDADE OU GRAVIDADE DA POBREZA

Considera-se que existem desigualdades entre os pobres e esta não deve ser descurada na análise de políticas públicas sob a pena de se melhorar apenas as condições de vida dos que se encontram mais próximos da linha da pobreza.

Com efeito, o indicador tem como objectivo medir a intensidade da pobreza, levando em consideração não apenas a distancia que separa os pobres da linha de pobreza (desvio/diferença de pobreza), mas também a desigualdade entre os pobres, atribuindo uma ponderação mais importante aos agregados mais distantes da linha de pobreza. Ou seja, mede a variabilidade do consumo entre os pobres.

Os resultados permitem aferir que a nível nacional existe uma variabilidade de 3,4% entre os pobres, sendo que no meio rural esta atinge os 6,3%.

Observa-se igualmente que a variabilidade entre os pobres diminui em cerca de 3 pontos percentuais entre os períodos 2001/2002 e 2007, com maior incidência no meio rural onde diminuiu em cerca de 4 pontos percentuais.



**Quadro NºIX-1 – Incidência, Profundidade e intensidade da pobreza segundo o meio de residência, por meio de residência, domínios idênticos aos de IDRF 2001/02 e concelho.  
INE, QUIBB 2007**

	Incidência da pobreza			Profundidade da pobreza			Intensidade da pobreza		
	Urbano	Rural	Nacional	Urbano	Rural	Nacional	Urbano	Rural	Nacional
<b>Cabo Verde</b>	<b>13,2</b>	<b>44,3</b>	<b>26,6</b>	<b>3,3</b>	<b>14,3</b>	<b>8,1</b>	<b>1,3</b>	<b>6,3</b>	<b>3,4</b>
<b>Meio de residência</b>									
Urbano	13,2	-	13,2	3,3	-	3,3	1,3	-	1,3
Rural	-	44,3	44,3	-	14,3	14,3	-	6,3	6,3
<b>Domínios 2001/02</b>									
Praia	11,5	15,1	11,6	2,7	3,9	2,7	1,0	1,4	1,0
Resto Santiago	23,3	46,1	41,5	6,9	14,9	13,3	2,9	6,6	5,8
S. Antão	24,1	56,2	45,6	6,3	18,5	14,4	2,3	8,3	6,3
S. Vicente	13,1	20,3	13,6	3,1	5,0	3,2	1,1	2,0	1,2
Fogo	9,4	47,6	39,0	3,3	16,0	13,2	1,4	7,1	5,9
Outras ilhas	6,9	25,3	14,3	1,5	7,4	3,9	0,5	3,2	1,6
<b>Concelho</b>									
Ribeira Grande	17,2	50,9	44,0	3,3	17,3	14,5	1,0	8,2	6,7
Paul	26,2	64,0	54,1	10,4	20,2	17,6	4,4	8,4	7,4
Porto Novo	26,7	60,4	43,5	6,6	19,3	12,9	2,4	8,4	5,4
São Vicente	13,1	20,3	13,6	3,1	5,0	3,2	1,1	2,0	1,2
Ribeira Brava	0,0	24,5	18,2	0,0	6,0	4,4	0,0	2,4	1,8
Tarrafal de S. N.	21,6	25,1	22,7	3,8	5,1	4,2	1,1	1,7	1,3
Sal	3,0	12,6	4,0	0,8	2,8	1,1	0,4	1,2	0,5
Boavista	7,3	8,8	8,0	0,9	2,5	1,6	0,1	1,0	0,5
Maio	9,4	18,6	15,0	2,0	5,3	4,0	0,6	1,9	1,4
Tarrafal de Santiago	15,3	56,0	42,1	4,6	18,9	14,0	2,0	8,6	6,3
Santa Catarina	13,5	48,2	42,8	2,6	15,1	13,2	0,6	6,4	5,5
Santa Cruz	32,9	53,4	46,0	11,0	18,5	15,8	5,3	8,4	7,3
Praia	11,5	15,1	11,6	2,7	3,9	2,7	1,0	1,4	1,0
São Domingo	10,4	41,6	37,8	0,4	15,1	13,3	0,0	7,3	6,4
Calheta S. Miguel	36,3	51,2	45,9	11,6	16,9	15,0	4,5	7,2	6,3
São Lourenço dos Órgãos	-	34,8	34,8	-	9,4	9,4	-	3,5	3,5
São Salvador do Mundo	-	24,1	24,1	-	4,9	4,9	-	1,6	1,6
Ribeira Grande de Santiago	-	39,3	39,3	-	13,3	13,3	-	6,4	6,4
Mosteiros	11,4	52,6	51,7	1,4	18,2	17,8	0,2	8,4	8,2
São Filipe	9,4	40,0	28,8	3,3	13,2	9,6	1,5	5,7	4,2
Santa Catarina do Fogo	-	59,0	59,0	-	19,6	19,6	-	8,6	8,6
Brava	14,4	42,1	35,1	4,0	14,9	12,1	1,9	7,3	5,9

**Quadro N°IX-2 – Incidência, Profundidade e intensidade da pobreza segundo o meio de residência, por características sócio-económicas do chefe do agregado.**  
**INE, QUIBB 2007**

	Incidência da pobreza			Profundidade da pobreza			Intensidade da pobreza		
	Urbano	Rural	Nacional	Urbano	Rural	Nacional	Urbano	Rural	Nacional
<b>Sexo</b>									
Masculino	8,5	40,5	21,3	1,9	12,9	6,3	0,7	5,5	2,6
Feminino	19,6	48,1	33,0	5,2	15,8	10,2	2,1	7,2	4,5
<b>Estado civil</b>									
Solteiro(a)	13,2	51,3	29,3	3,7	17,9	9,7	1,4	8,2	4,2
Casado(a)	11,0	38,4	24,6	1,9	11,4	6,6	0,6	4,8	2,7
União de facto	12,1	48,4	25,6	3,3	16,4	8,2	1,3	7,5	3,6
Divorciado/ Separado(a)	19,5	39,1	26,0	4,7	12,9	7,5	1,9	5,7	3,2
Viúvo(a)	15,1	45,4	32,9	4,4	14,0	10,0	2,0	5,9	4,3
<b>Nível de instrução</b>									
Sem instrução	26,1	51,9	41,0	6,7	17,5	12,9	2,7	8,2	5,9
Ensino básico	12,6	42,3	25,6	3,2	13,5	7,7	1,2	5,7	3,2
Ensino Secundário	5,7	25,8	9,8	1,0	6,6	2,1	0,3	2,2	0,7
Médio/Superior	0,6	6,1	1,2	0,2	1,6	0,4	0,1	0,6	0,1
<b>Grupo sócio-económico</b>									
Salariado da administração pública	10,2	34,8	19,8	2,2	11,0	5,6	0,6	4,5	2,1
Salariado sector empresarial	8,0	44,6	18,0	1,9	15,1	5,5	0,6	6,7	2,3
Patrão agrícola	28,8	24,0	25,0	7,6	6,4	6,7	3,0	2,1	2,3
Patrão não agrícola	4,7	18,6	7,2	1,9	7,6	2,9	0,9	5,3	1,6
TCP agrícola	13,7	50,2	46,2	2,8	17,5	15,9	1,0	7,6	6,9
TCP não agrícola	17,2	37,6	24,6	4,8	11,0	7,0	1,8	4,4	2,8
Trabalhador familiar	19,8	46,1	42,3	7,1	18,2	16,6	2,7	10,0	9,0
Trabalhador em casa de família	27,8	40,5	30,2	7,5	14,4	8,8	2,8	6,0	3,4
Desempregado	18,0	59,6	39,2	3,7	19,4	11,7	1,4	8,7	5,1
Inactivo	16,7	43,0	29,3	4,3	12,8	8,3	1,9	5,6	3,7
<b>Idade</b>									
Menor de 30 anos	6,3	35,0	17,4	1,2	11,4	5,2	0,4	5,3	2,3
30 à 39 anos	11,0	42,8	23,0	2,5	13,6	6,7	0,8	5,7	2,7
40à 49 anos	12,8	47,5	26,5	3,9	15,8	8,6	1,7	6,9	3,7
50 à 59 anos	18,8	48,0	31,6	5,3	17,0	10,4	2,0	8,1	4,6
60 ou mais	14,2	42,0	28,9	2,4	12,4	7,7	0,9	5,3	3,2
<b>Dimensão do agregado</b>									
1 a 2	1,7	10,4	4,6	0,5	3,2	1,4	0,2	1,4	0,6
3 a 4	3,6	23,8	10,9	1,1	6,5	3,1	0,5	2,5	1,2
5 a 6	9,2	38,1	21,8	1,7	11,5	6,0	0,5	5,0	2,5
7 ou mais	26,4	61,5	43,5	6,9	21,0	13,8	2,7	9,4	6,0

## CAPITULO X – PERFIL E DETERMINANTES DA POBREZA

Este Capítulo apresenta um perfil de pobreza em Cabo Verde com base nos resultados do QUIBB 2007. Será apresentado quem são os pobres, onde estão e como vivem. Na análise serão consideradas as variáveis de identificação geográfica: meio de residência e concelho, e características sócio-demográficas e económicas dos indivíduos e do chefe do agregado.

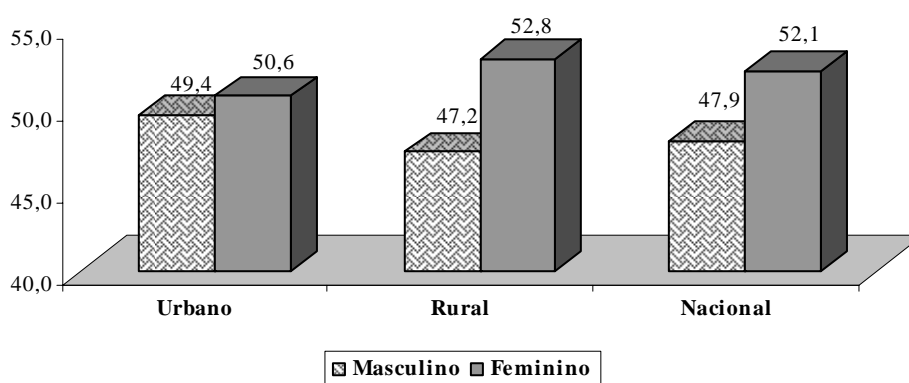
### 1. PERFIL DA POBREZA

#### 1.1. Quem são os pobres?

Como referimos anteriormente 26,6% da população caboverdiana é pobre, ou seja, cerca de 117 mil indivíduos vivem abaixo do limiar da pobreza. Destes 52,1% são do sexo feminino e 47,9% são do sexo masculino.

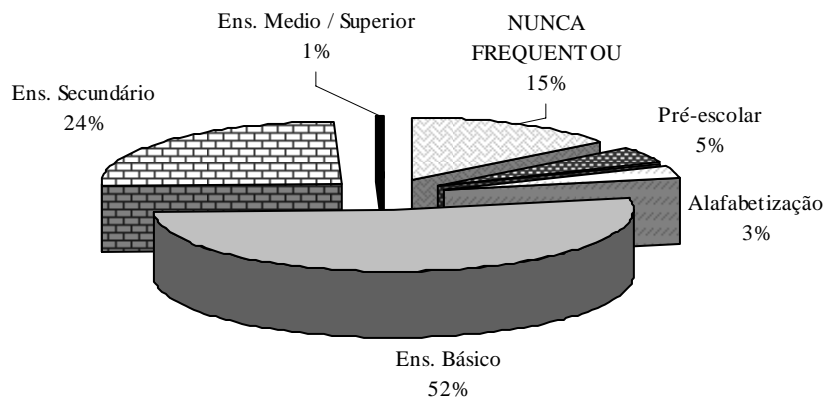
No meio rural o diferencial por sexo é mais acentuado do que no meio urbano (15,6% contra 1,2%, respectivamente).

Distribuição dos pobres segundo o sexo por meio de residência  
INE, QUIBB 2007



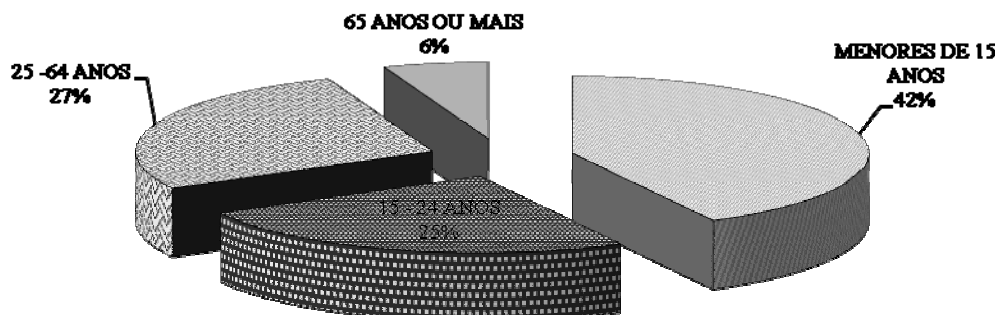
Relativamente ao nível de instrução, cerca de 15% da população pobre nunca frequentou um estabelecimento de ensino, mais de metade dos pobres (52%) possui o nível básico, 24% possui o nível secundário e 1% tem nível médio/superior.

**Distribuição dos pobres segundo o nível de instrução por meio de residência  
INE, QUIBB 2007**



Pode-se aferir que a pobreza atinge principalmente as crianças e os jovens. Pois 42% da população pobre tem menos de 15 anos e 25% tem entre 15-24 anos.

**Distribuição dos pobres segundo o grupo etário por meio de residência  
INE, QUIBB 2007**

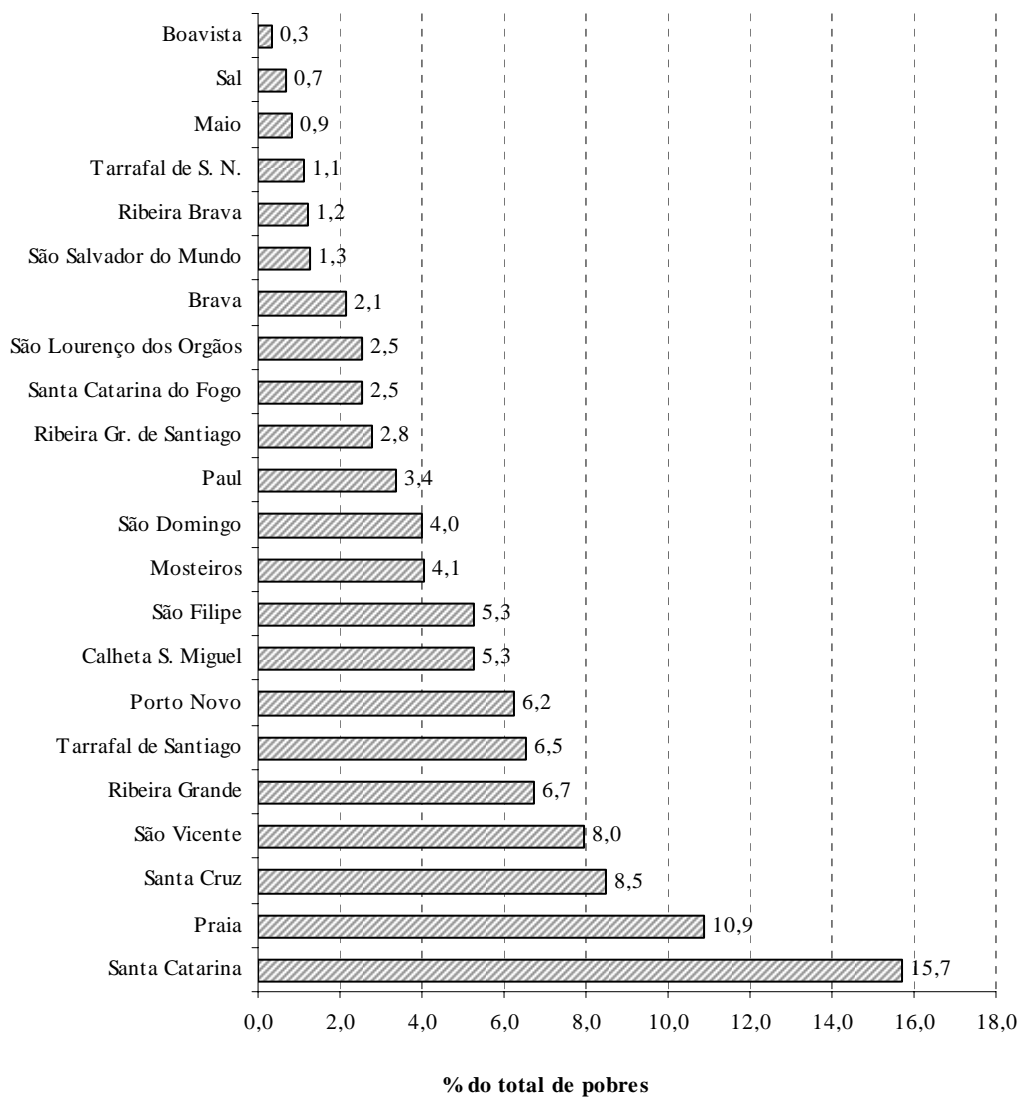


**1.2. Onde estão os pobres?**

A grande maioria dos pobres reside no meio rural (63%). Analisando a distribuição dos pobres pelos concelhos observa-se que S. Catarina e Praia são os concelhos com maior número de

pobres, 15,7% e 10,9%, respectivamente, enquanto no Sal, Boavista e Maio são os Concelhos com menos pobres: 0,3% vive no Sal, 0,7% na Boavista e 0,9% no Maio.

**Distribuição dos pobres segundo o concelho de residencia.  
INE, QUIBB 2007**

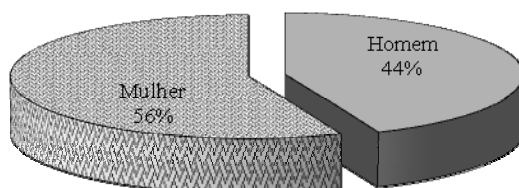


### **1.3. Características dos chefes dos agregados familiares pobres**

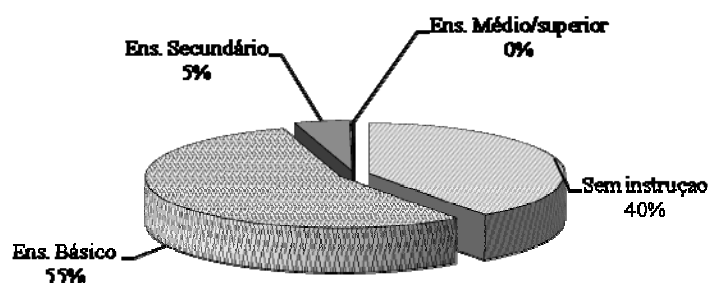
Os pobres residem na sua grande maioria em agregados chefiados por mulheres (56,3%), ou em agregados cujos chefes não tem nenhuma instrução (40%) ou possuem o nível básico (55,3%).



**Distribuição da população pobre segundo o sexo do agregado familiar  
INE, QUIBB 2007**

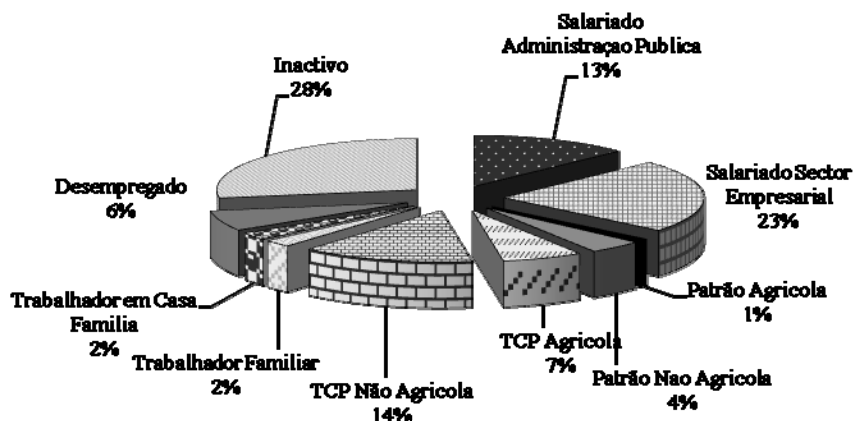


**Distribuição da população pobre segundo o nível de instrução dos chefes de agregado familiar  
INE, QUIBB 2007**



Constata-se que é nos agregados cujo chefe é inactivo onde se encontra maior percentagem dos pobres (28%) seguido dos agregados chefiados por chefes que são empregados no sector empresarial (23%). É de referir que muitos desses chefes são trabalhadores não qualificados e muitos laboram no ramo da construção.

**Distribuição da população pobre segundo o grupo sócio-económico do chefe de agregado  
INE, QUIBB 2007**



#### 1.4. Como vivem os pobres?

O QUIBB mostra uma grande disparidade entre a população pobre e não pobre em termos de condição de vida.

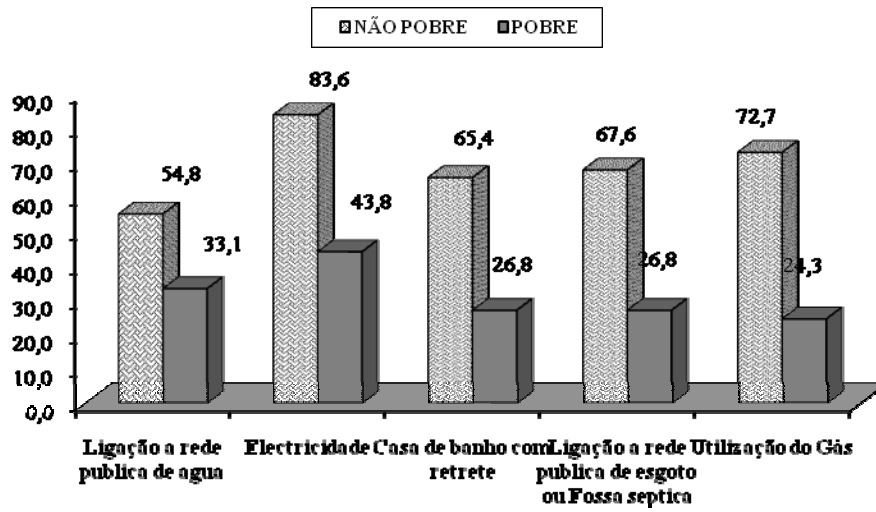
Com base no gráfico abaixo podemos observar que mais de metade da população não pobre (54,8%) habita em alojamentos com ligação à rede pública de água e, enquanto somente 33% dos pobres habita em alojamentos com este acesso.

Embora a nível nacional 73% da população já tem acesso a electricidade, somente 43,8% da população pobre o tem.

No que diz respeito ao acesso a casas de banho com retrete ou alojamentos com ligação ou à rede pública de esgoto ou a uma fossa séptica pode-se aferir que enquanto pouco mais de um quarto dos pobres (26,8%) tem acesso a casa de banho com retrete, cerca de 65,4% dos não pobres já tem acesso.

A população pobre utiliza na sua grande maioria a lenha como fonte de energia para preparar os alimentos. Somente cerca de 24% utiliza o gás.

**Percentagem da população segundo estatuto da pobreza por características do alojamento que habitam**  
**INE, QUIBB 2007**



**Quadro N°X-1 – Proporção da população, efectivos dos pobres e contribuição para pobreza segundo o meio de residência, por meio de residência, domínios idênticos aos de IDRF 2001/02 e concelho.**  
**INE, QUIBB 2007**

	Proporção da população			Efectivos dos pobres			Contribuição para a pobreza		
	Urbano	Rural	Nacional	Urbano	Rural	Nacional	Urbano	Rural	Nacional
<b>Cabo Verde</b>	100,0	100,0	100,0	33.095	84.124	117.219	100,0	100,0	100,0
<b>Meio de residência</b>									
Urbano	100,0	-	56,8	33.095	-	33.095	100,0	-	28,2
Rural	-	100,0	43,2	-	84.124	84.124	-	100,0	71,8
<b>Domínios 2001/02</b>									
Praia	42,6	1,9	25,0	12.214	554	12.768	36,9	0,7	10,9
Resto Santiago	10,8	55,2	29,9	6.280	48.355	54.635	19,0	57,5	46,6
S. Antão	5,6	14,8	9,5	3.364	15.770	19.134	10,2	18,7	16,3
S. Vicente	25,6	2,5	15,6	8.374	959	9.333	25,3	1,1	8,0
Fogo	3,2	14,6	8,1	754	13.169	13.923	2,3	15,7	11,9
Outras ilhas	12,3	11,1	11,8	2.109	5.317	7.426	6,4	6,3	6,3
<b>Concelho</b>									
Ribeira Grande	1,5	7,5	4,1	627	7.270	7.897	1,9	8,6	6,7
Paul	0,8	2,8	1,7	498	3.446	3.944	1,5	4,1	3,4
Porto Novo	3,4	4,4	3,8	2.239	5.054	7.293	6,8	6,0	6,2
São Vicente	25,6	2,5	15,6	8.374	959	9.333	25,3	1,1	8,0
Ribeira Brava	0,8	3,1	1,8	0	1.430	1.430	0,0	1,7	1,2
Tarrafal de S. Nicolau	1,6	0,9	1,3	878	435	1.313	2,7	0,5	1,1
Sal	7,0	1,1	4,5	527	266	793	1,6	0,3	0,7
Boavista	1,1	1,0	1,1	200	172	372	0,6	0,2	0,3
Maio	1,0	2,1	1,5	243	756	999	0,7	0,9	0,9
Tarrafal de Santiago	2,5	6,3	4,1	954	6.712	7.666	2,9	8,0	6,5
Santa Catarina	2,7	19,1	9,8	908	17.508	18.416	2,7	20,8	15,7
Santa Cruz	3,1	7,3	4,9	2.538	7.426	9.964	7,7	8,8	8,5
Praia	42,6	1,9	25,0	12.214	554	12.768	36,9	0,7	10,9
São Domingo	0,6	5,7	2,8	160	4.529	4.689	0,5	5,4	4,0
Calheta S. Miguel	1,9	4,6	3,1	1.720	4.479	6.199	5,2	5,3	5,3
São Lourenço dos Órgãos	0,0	4,5	1,9	----	2.951	2.951	0,0	3,5	2,5
São Salvador do Mundo	0,0	3,3	1,4	----	1.505	1.505	0,0	1,8	1,3
Ribeira Grande de Santiago	0,0	4,3	1,9	----	3.245	3.245	0,0	3,9	2,8
Mosteiros	0,1	4,8	2,1	24	4.749	4.773	0,1	5,6	4,1
São Filipe	3,1	7,2	4,9	730	5.433	6.163	2,2	6,5	5,3
Santa Catarina do Fogo	0,0	2,7	1,2	----	2.987	2.987	0,0	3,6	2,5
Brava	0,7	2,8	1,6	261	2.258	2.519	0,8	2,7	2,1

**Quadro N°X-2 – Proporção da população, efectivos dos pobres e contribuição para pobreza segundo o meio de residência, por características sócio-económicas do chefe do agregado.**

**INE, QUIBB 2007**

	Proporção da população			Efectivos dos pobres			Contribuição para a pobreza		
	Urbano	Rural	Nacional	Urbano	Rural	Nacional	Urbano	Rural	Nacional
<b>Sexo</b>									
Masculino	57,6	50,6	54,5	12.280	38.924	51.204	37,1	46,3	43,7
Feminino	42,4	49,5	45,5	20.815	45.200	66.015	62,9	53,7	56,3
<b>Estado civil</b>									
Solteiro(a)	14,8	14,2	14,6	4.915	13.889	18.804	14,9	16,5	16,0
Casado(a)	25,3	32,9	28,6	6.966	23.993	30.959	21,0	28,5	26,4
União de facto	38,8	30,2	35,1	11.732	27.762	39.494	35,4	33,0	33,7
Divorciado/ Separado(a)	13,7	8,9	11,7	6.710	6.646	13.356	20,3	7,9	11,4
Viúvo(a)	7,3	13,7	10,1	2.772	11.834	14.606	8,4	14,1	12,5
<b>Nível de instrução</b>									
Sem instrução	19,4	34,7	26,0	12.653	34.186	46.839	38,2	40,6	40,0
Ensino básico	56,8	58,4	57,5	17.843	46.948	64.791	53,9	55,8	55,3
Ensino Secundário	17,6	5,9	12,5	2.509	2.864	5.373	7,6	3,4	4,6
Médio/Superior	6,3	1,1	4,0	90	126	216	0,3	0,1	0,2
<b>Grupo sócio-económico</b>									
Salariado da administração pública	13,8	11,7	12,9	3.504	7.763	11.267	10,6	9,2	9,6
Salariado sector empresarial	29,4	14,6	23,0	5.897	12.405	18.302	17,8	14,7	15,6
Patrão agrícola	0,5	2,4	1,3	372	1.078	1.450	1,1	1,3	1,2
Patrão não agrícola	5,4	1,5	3,7	644	540	1.184	1,9	0,6	1,0
TCP agrícola	1,4	14,7	7,2	476	14.042	14.518	1,4	16,7	12,4
TCP não agrícola	15,0	11,2	13,3	6.451	7.968	14.419	19,5	9,5	12,3
Trabalhador familiar	0,6	4,3	2,2	270	3.784	4.054	0,8	4,5	3,5
Trabalhador em casa de família	3,4	1,1	2,4	2.377	816	3.193	7,2	1,0	2,7
Desempregado	10,0	13,6	11,6	4.510	15.418	19.928	13,6	18,3	17,0
Inactivo	20,5	24,8	22,4	8.594	20.310	28.904	26,0	24,1	24,7
<b>Idade</b>									
Menor de 30 anos	7,5	6,2	6,9	1.175	4.115	5.290	3,6	4,9	4,5
30 à 39 anos	22,7	18,2	20,8	6.230	14.780	21.010	18,8	17,6	17,9
40à 49 anos	31,9	27,3	29,9	10.171	24.660	34.831	30,7	29,3	29,7
50 à 59 anos	17,3	17,8	17,5	8.144	16.198	24.342	24,6	19,3	20,8
60 ou mais	20,7	30,5	25,0	7.375	24.371	31.746	22,3	29,0	27,1
<b>Dimensão do agregado</b>									
1 a 2	7,9	5,0	6,7	341	992	1.333	1,0	1,2	1,1
3 a 4	26,9	20,1	24,0	2.436	9.100	11.536	7,4	10,8	9,8
5 a 6	29,7	30,3	29,9	6.847	21.921	28.768	20,7	26,1	24,5
7 ou mais	35,6	44,6	39,5	23.471	52.111	75.582	70,9	61,9	64,5

**Quadro NºX-3 – Distribuição da população segundo o meio de residência e estatuto da pobreza por sexo, grupo etário, nível de instrução e grupo sócio-económico.**  
**INE, QUIBB 2007**

	Cabo Verde			Meio de residência					
				Urbano			Rural		
	Pobreza		Total	Pobreza		Total	Pobreza		Total
Não pobre	Pobre	Não pobre		Pobre	Não pobre		Pobre		
<b>TOTAL</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Sexo</b>									
Masculino	48,1	47,9	48,1	48,3	49,4	48,5	47,8	47,2	47,6
Feminino	51,9	52,1	51,9	51,7	50,6	51,5	52,2	52,8	52,4
<b>Grupo etário</b>									
Menores de 15 anos	32,6	42,1	35,1	31,8	40,3	32,9	34,1	42,9	38,0
15 - 24 anos	24,0	24,8	24,2	24,2	26,0	24,5	23,5	24,3	23,9
25 -64 anos	36,7	27,3	34,2	38,6	29,5	37,4	32,7	26,4	30,0
65 ou mais	6,8	5,7	6,5	5,3	4,2	5,2	9,6	6,3	8,2
<b>Nível de Instrução</b>									
Nunca frequentou	9,2	14,5	10,6	6,8	15,1	7,9	14,0	14,3	14,1
Pré-escolar	4,2	4,5	4,2	4,3	4,4	4,3	3,8	4,5	4,1
Alfabetização	2,9	2,9	2,9	2,7	2,1	2,6	3,4	3,2	3,3
Ensino Básico	44,5	52,5	46,6	41,9	49,5	42,9	49,7	53,6	51,4
Ensino Secundário	34,3	25,1	31,9	37,6	28,3	36,4	27,6	23,9	26,0
Ensino Médio	1,2	0,2	1,0	1,5	0,1	1,4	0,6	0,2	0,4
Ensino Superior	3,6	0,3	2,7	5,0	0,5	4,4	0,8	0,2	0,5
SR	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1
<b>Grupo sócio-económico</b>									
Salariado Administração Publica	7,0	4,0	6,2	7,1	3,6	6,7	6,7	4,1	5,6
Salariado Sector Empresarial	16,2	8,3	14,2	19,5	11,0	18,4	9,6	7,3	8,6
Patrão Agrícola	0,2	0,3	0,2	0,1	0,3	0,1	0,6	0,3	0,5
Patrão Não Agrícola	2,0	0,5	1,7	2,4	1,3	2,2	1,4	0,3	0,9
TCP Agrícola	1,9	3,5	2,3	0,4	0,2	0,4	5,0	4,8	4,9
TCP Não Agrícola	6,4	5,2	6,1	6,7	7,5	6,8	6,0	4,4	5,3
Trabalhador Familiar	2,1	3,7	2,5	1,0	1,1	1,0	4,5	4,6	4,6
Trabalhador em Casa Família	1,9	1,5	1,8	2,3	3,2	2,4	1,0	0,8	0,9
Desempregado	9,7	11,9	10,2	11,0	17,5	11,8	7,1	9,7	8,2
Inactivo	52,4	61,1	54,7	49,6	54,3	50,2	58,1	63,7	60,5

**Quadro N°X-4 – Distribuição da população segundo o meio de residência e estatuto da pobreza por fonte de abastecimento de água, principal energia utilizada para cozinha, principal energia utilizada para iluminação, acesso a casa de banho com retrete, principal modo de evacuação águas residuais e dos resíduos sólidos.**  
**INE, QUIBB 2007**

	Cabo Verde			Meio de residência					
				Urbano			Rural		
	Pobreza		Total	Pobreza		Total	Pobreza		Total
	Não pobre	Pobre		Não pobre	Pobre		Não pobre	Pobre	
<b>Ligação a rede pública de água</b>	54,8	33,1	49,0	60,0	43,2	57,8	44,0	29,2	37,4
<b>Principal fonte de abastecimento de água</b>									
Água canalizada da rede pública	51,4	30,1	45,7	57,1	41,2	55,0	39,7	25,7	33,5
Água rede pública casa dos vizinhos	3,7	3,9	3,8	4,8	8,1	5,3	1,4	2,3	1,8
Chafariz	29,6	42,7	33,1	27,6	49,1	30,4	33,6	40,2	36,5
Autotanque	8,2	1,6	6,5	9,6	0,2	8,4	5,4	2,2	4,0
Outras fontes	7,2	21,6	11,0	0,8	1,3	0,8	19,9	29,6	24,2
<b>Principal fonte de energia utilizada na preparação dos alimentos</b>									
Gás	72,7	24,3	59,8	89,6	61,4	85,8	38,2	9,7	25,6
Lenha	25,9	75,0	39,0	8,8	37,1	12,6	60,9	89,9	73,7
Outro	1,3	0,7	1,3	1,6	1,5	1,6	0,9	0,3	0,7
<b>Principal fonte de energia que utiliza para iluminação</b>									
Electricidade	83,6	43,8	73,0	94,1	71,3	91,1	62,1	33,0	49,2
Outro	16,4	56,1	26,9	5,8	28,7	8,9	37,9	67,1	50,7
<b>A casa tem casa de banho?</b>									
Casa de banho com retrete	65,4	26,8	55,2	73,1	40,3	68,8	49,7	21,5	37,2
Casa de banho sem retrete	5,0	6,2	5,3	3,9	7,4	4,4	7,2	5,7	6,6
Retrete ou latrina	5,0	2,0	4,2	6,5	2,1	6,0	2,0	2,0	2,0
Sem casa de banho, sem retrete, sem latrina	24,5	65,0	35,3	16,4	50,2	20,9	41,1	70,8	54,3
<b>Ligação a rede pública de esgoto ou fossa séptica</b>	67,6	26,8	56,7	77,2	41,3	72,4	48,0	21,1	36,1
<b>Principal modo de evacuação das águas residuais</b>									
Fossa séptica	31,0	10,0	25,4	36,0	16,4	33,5	20,7	7,5	14,8
Rede de Esgoto	15,4	4,8	12,6	22,7	16,9	21,9	0,4	0,0	0,2
Redor de casa	28,7	43,2	32,6	24,1	35,6	25,6	38,3	46,2	41,8
Natureza	24,5	41,8	29,1	17,1	30,9	18,9	39,8	46,0	42,6
Outro	0,3	0,2	0,3	0,1	0,2	0,1	0,8	0,3	0,5
<b>Principal modo de evacuação dos resíduos sólidos</b>									
Contentores	53,5	26,5	46,3	68,4	64,2	67,9	22,7	11,7	17,8
Carro de lixo	16,3	6,8	13,7	21,0	14,4	20,1	6,6	3,8	5,4
Enterrados ou queimados	6,8	12,4	8,3	2,6	2,1	2,5	15,6	16,4	16,0
Redor de casa	5,5	13,9	7,7	1,5	2,4	1,6	13,6	18,5	15,8
Natureza	17,7	40,4	23,7	6,6	16,8	7,9	40,4	49,6	44,5
Outro	0,3	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	1,0	0,1	0,6

## 2. DETERMINANTES DA POBREZA

Para fins de formulação de mecanismos institucionais de reajuste do consumo, importa não só conhecer a proporção de pobres e as desigualdades de distribuição do consumo, como também, é necessário conhecer as características sócio-económicas e demográficas que mais contribuem para a pobreza e a desigualdade. O objectivo último é identificar e ajudar a definir os grupos alvos, os mais vulneráveis e sujeitos a maiores privações.

Para se estudar os determinantes da pobreza, ou seja, o impacto de algumas variáveis na probabilidade de se ser pobre, utilizou-se o *Modelo Probit*, modelo de regressão linear múltipla, que assume particular relevância no estudo da pobreza, dado que tem a particularidade de possibilitar a identificação das variáveis que mais se correlacionam com a pobreza, depois de serem controladas os efeitos das restantes.

A variável dependente é binária, assume o valor 1 se o consumo per capita do agregado for inferior ao limiar da pobreza e zero nos restantes casos, isto é, se a família não for pobre.

Como variáveis explicativas foram consideradas as seguintes: (i) a localização geográfica (a ilha de residência do agregado familiar e o meio urbano ou rural); (ii) a dimensão do agregado familiar e seus quadrados (número de crianças, filhos e adultos), o género do chefe do agregado, a idade do chefe e o seu quadrado, a presença ou não do cônjuge no agregado; (iii) características do chefe do agregado familiar: (nível de instrução e grupo socioeconómico); e (iv) as mesmas características para o cônjuge do chefe do agregado (em caso de união).

De modo a avaliar o impacto de várias características sobre o consumo per capita, a pobreza, e a segurança alimentar subjectiva, a análise foi realizada a nível nacional e a nível do meio de residência: urbano e rural.

Salienta-se que a interpretação dos coeficientes do *Modelo Probit* não pode ser efectuada em termos marginais como acontece com os modelos lineares visto que, o efeito de um coeficiente está ponderado ao valor de todas as restantes variáveis explicativas. Se o coeficiente estimado for positivo, a implicação é que aumenta a propensão da família ser pobre caso pertencer a esta característica. De forma contrária, se o coeficiente for negativo, decresce a probabilidade da família ser pobre se pertencer à modalidade corresponde ao parâmetro.



Importa também averiguar a contribuição e a robustez de cada variável na explicação do fenómeno em estudo. A análise do *p-value* associado a cada parâmetro permite infirmar ou confirmar a relevância da variável. Se o valor do *p-value* for inferior a 0.01, a variável é altamente significativa, se for inferior a 0.05, é uma evidência forte da importância da variável.

Na estruturação inicial do modelo, uma multiplicidade de variáveis que na análise univariada determinam a pobreza foram consideradas. Porém, após várias iterações, algumas não foram consideradas no modelo final, ou porque não afectavam a probabilidade da família ser pobre quando condicionadas aos efeitos das outras variáveis, ou porque os seus efeitos estavam repercutidos noutras variáveis, dada a correlação existente.

## **2.1. O Modelo Estimado**

### ***Localização Geográfica:***

Incontestavelmente, segundo o modelo os agregados que residem nas zonas urbanas têm um nível de consumo 35% superior aos que vivem no meio rural e têm menor probabilidade de serem pobres. O facto de se residir nas zonas rurais acresce a possibilidade de se ser pobre, o que sugere que nas políticas de luta contra a pobreza devem ser privilegiadas as zonas rurais.

Residir em S. Antão ou no Fogo é determinante para que um individuo seja pobre, comparativamente à Praia ou outras ilhas.

### ***Características Demográficas:***

A variável sexo do chefe do agregado, condicionado aos valores das restantes variáveis, permite concluir que a propensão de se ser pobre é maior para os chefes femininos.

Tendo em conta a idade do chefe do agregado, conclui-se que os agregados familiares chefiados por indivíduos mais velhos têm níveis de consumo mais elevados do que agregados chefiados pelos mais jovens. Os agregados dirigidos por mulheres são mais pobres do que os chefiados por homens, principalmente nas zonas rurais. Os agregados familiares onde o chefe é casado têm maior probabilidade de não ser pobre comparativamente aos dirigidos por indivíduos solteiros, divorciados, viúvos e em união de facto.

Conclui-se que para cada criança / filho que se inclui no agregado familiar, o consumo per capita diminui em cerca de 20 a 30 por cento. Para cada adulto com idade de 65 ou mais anos no agregado é associada uma perda 15 a 20 por cento no consumo per capita.

### ***Educação***

O nível de instrução do agregado familiar, em todos os modelos considerados, influi significativamente para explicar a pobreza. O facto do chefe ter alguma escolaridade reflecte ganhos bastantes positivos em relação à pobreza. Com efeito, os resultados apontam uma variação de 20% a 97% do consumo per capita dos agregados familiares. O impacto aumenta consoante o nível de instrução, atingindo valores máximos quando o chefe tem nível de instrução superior. Contudo, o impacto da educação do cônjuge do chefe de família é porém menor que o do chefe.

### ***Grupos Socioeconómicos:***

Indivíduos pertencentes a agregados cujos chefes são desempregados têm um nível de consumo 14% mais baixo do que os pertencentes a agregados cujos chefes são trabalhadores por conta própria no sector não agrícola. O efeito é semelhante para os cônjuges dos chefes de família, embora para os cônjuges, o grupo mais pobre após o controlo de outras características é o dos cônjuges que trabalham como empregadas domésticas. Todos os outros grupos têm níveis de consumo superior aos do grupo de empregados por conta própria na agricultura. Os maiores ganhos no consumo estão associados a chefes que são empregadores no sector não agrícola, embora os ganhos são também grandes para empregadores na agricultura e no empregado por conta própria fora da agricultura.